

<https://doi.org/10.26512/pól.v8i16.26982>

Artigo recebido em: 20/03/2019

Artigo aprovado em: 21/07/2019

**A FUNÇÃO DAS VIRTUDES NA EPISTEMOLOGIA DE CHRISTOPHER
HOOKWAY**
ceticismo, estados afetivos e a fenomenologia da investigação

THE ROLE OF VIRTUES IN CHRISTOPHER HOOKWAY'S EPISTEMOLOGY
skepticism, affective states and the phenomenology of investigation

Ian Salles Botti¹

(iansallesbotti@gmail.com)

RESUMO

Este artigo expõe a concepção de epistemologia de Christopher Hookway, contrapondo-a à epistemologia analítica tradicional e apresentando os argumentos do autor em defesa de suas teses principais, a saber, (a) a epistemologia não precisa necessariamente ter os conceitos de conhecimento e justificação como ponto de partida, pois (b) atividades cognitivas, e não estados cognitivos, são o foco de nossa vida intelectual e (c) virtudes e emoções cumprem um papel fundamental em tais atividades. Na primeira seção a epistemologia da virtude e alguns de seus elementos principais são introduzidos, para que possamos situar a teoria de Hookway; na segunda seção é apresentado o projeto de pesquisa da epistemologia contemporânea e algumas razões pelas quais ele é insatisfatório; na terceira seção a reorientação da epistemologia proposta por Hookway e a função das virtudes intelectuais nas atividades epistêmicas e na resolução de problemas epistemológicos são elaboradas; por fim, algumas consequências do uso do conceito de virtude na epistemologia são discutidos.

Palavras-chave: Epistemologia. Virtude. Ceticismo. Christopher Hookway.

ABSTRACT

This paper elaborates Christopher Hookway's conception of epistemology, counterposing it to traditional analytic epistemology and presenting the author's arguments in favor of his main thesis. Which are (a) epistemology doesn't need necessarily to have the concepts of knowledge and justification as it's starting point, because (b) cognitive activities, and not cognitive states, are the focus of our epistemic lives and (c) virtues and emotions play a fundamental role in such activities. In the first section we introduce virtue epistemology and some of its main elements so that we can situate Hookway's theory; in the second section the research project of contemporary epistemology and some reason why it's unsatisfying are presented; in the third section we elaborate the reorientation in epistemology proposed by Hookway and the role of epistemic virtues in epistemic activities and epistemological issues; finally, some consequences of the use of the concept of virtue in epistemology are put forward.

Keywords: Epistemology. Virtue. Skepticism. Christopher Hookway.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9248903791295864>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6026-4970>.



1. INTRODUÇÃO

A epistemologia da virtude é uma abordagem recente na filosofia analítica influenciada principalmente pela ética de Aristóteles (1987) e direcionada a princípio à problemática concernente à definição do conceito de conhecimento. É comum dizer que o que caracteriza a abordagem é uma mudança na direção da análise: se antes as virtudes seriam apenas auxiliares na obtenção de crenças justificadas e conhecimento, estes estados passam a ser concebidos como produtos de virtudes e do caráter epistêmico do agente (HOOKWAY, 2003b, p. 191). As virtudes seriam condições necessárias ou mesmo elementos constituintes do conhecimento e da justificação. Não é esse, porém, o tipo de abordagem a ser exposta aqui.

A noção de virtude intelectual foi empregada inicialmente na tentativa de superação de problemas já tradicionais da epistemologia, mas, na medida em que a corrente ganhou forma, distinções internas surgiram: primeiro, entre os que entendem o conceito de virtude intelectual como relacionado primariamente a capacidades cognitivas naturais e suas excelências, como, por exemplo, uma boa visão, e aqueles que têm as virtudes morais de Aristóteles como modelo e enfatizam traços de caráter intelectual, como criatividade e honestidade intelectual; e, segundo, entre as teorias de virtude confiabilistas² e responsabilistas.

Uma das diferenças fundamentais entre os dois tipos de virtude mencionados é que as virtudes de capacidade são, em sua maioria, naturais e basilares para a aquisição de conhecimento, enquanto as virtudes de traços de caráter são habilidades e disposições aprendidas, que tem expressão em formas “superiores”, ou peculiarmente humanas, de conhecimento, como o científico e o tecnológico. Não é necessário, porém, escolher entre uma e outra: Hookway (2003b) considera as segundas como necessárias para o bom emprego das primeiras em atividades cognitivas, que são o foco de sua epistemologia.

A distinção entre os tipos de teoria da virtude, por outro lado, tem origens mais profundas e reflete diferentes concepções sobre o que é a epistemologia e quais são seus métodos e objetivos. Nesse aspecto, o responsabilismo surge como parte de uma concepção mais ampla do que é a tarefa da epistemologia, que não se limitaria à análise conceitual. A abordagem confiabilista é voltada para a definição de conhecimento em termos de virtudes,

² Uso a palavra confiança/confiabilidade para traduzir dois termos distintos e opostos: “reliable/reliability” que diz respeito à propriedade objetiva de um processo ser conducente à verdade, e “trust/confidence” que diz respeito à atitude subjetiva em relação a tal processo. O contexto basta para diferenciar os usos.



que são concebidas como disposições para formar crenças verdadeiras. A segunda (responsabilista), por sua vez, tem interesse em nossas vidas intelectuais e no papel que as virtudes desempenham ao investigarmos de forma responsável e efetiva. Entende-se por investigação qualquer tentativa de responder a uma questão ou resolver um problema (HOOKWAY, 2003b, p. 199).

O objetivo deste artigo é apresentar a epistemologia da virtude de Hookway, que propõe uma reorientação dos debates tradicionais em termos de atividades cognitivas e sua boa condução por parte de agentes e comunidades de investigadores. Para tal, é necessário tanto (a) rechaçar o projeto tradicional da epistemologia e seus problemas centrais, quanto (b) desenvolver um projeto alternativo, no qual as virtudes intelectuais tenham uma função teórica primária. A tarefa consiste, fundamentalmente, em defender a possibilidade de uma epistemologia na qual a centralidade dos conceitos de conhecimento e justificação não é pressuposta, mas somente um dos resultados possíveis da própria investigação da epistemologia. O passo seguinte para Hookway é rejeitar essa possibilidade e sugerir uma alternativa.

Na segunda seção começamos por trazer à luz alguns dos pressupostos, conceitos e problemas centrais da investigação da epistemologia analítica, para que possamos em seguida (seção 3) elaborar a alternativa sugerida por Hookway (*cf.* 2003a, 2003b). A noção de virtude intelectual será apresentada, então, como condição de possibilidade para a boa condução de investigações e deliberações teóricas, cuja centralidade consiste em regular as avaliações epistêmicas que realizamos ao investigar. Sem as virtudes, argumenta Hookway, não poderíamos confiar em nossas avaliações intuitivas e estaríamos sujeitos ao ceticismo, o que impossibilitaria a realização de investigações reflexivas. As consequências filosóficas mais gerais são uma aproximação entre epistemologia, filosofia da ciência e ética, assim como a admissão de um papel fundamental de virtudes e estados afetivos na cognição e em seu estudo.

2. A EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Como tradicionalmente concebida, a epistemologia tem como objeto de estudo o conhecimento, sua estrutura lógica e suas condições de possibilidade. Efetivamente, a partir da segunda metade do século XX isso consiste em elaborar



teorias do conhecimento e da justificação que sejam capazes de corroborar nossas intuições filosóficas sobre a extensão do conhecimento e de lidar com certos desafios-padrão contra os quais as teorias têm de se confrontar para atestar sua viabilidade lógica e filosófica, como por exemplo, os diversos desafios céticos ou os casos Gettier (1963). Para tal, costuma-se adotar alguma estratégia já conhecida contra os problemas usuais ou criar uma nova, que inevitavelmente abandonará suposições e teses ou das estratégias anteriores ou da própria formulação do problema, em ambos os casos as teorias precedentes são ameaçadas de tornarem-se obsoletas, seja por não serem capazes de resolver o problema, seja por concebê-lo erroneamente.

O debate pode tomar a forma de alternativas bem estabelecidas, como por exemplo. internalismo e externalismo ou fundacionismo e coerentismo, e suas misturas possíveis, o que impede a degeneração do debate em falsas dicotomias, mas não impede a sua estagnação. De fato, pode acontecer de haver desacordo quanto a teses particulares sem que haja qualquer oposição quanto a compromissos mais básicos assumidos pelas teorias. Esses compromissos, porém, estão longe de serem imunes à dúvida e eventualmente são atacados, na medida em que surgem teorias suficientemente radicais. Em semelhante situação é necessário reexaminar os objetivos da investigação e os problemas por ela enfrentados sob diferentes pontos de vista, para se possível, reformulá-los em busca de uma rota mais frutífera.

Alguns dos compromissos da epistemologia contemporânea são as seguintes teses: (a) conhecimento é ou envolve um tipo de crença, só verdades podem ser objeto de conhecimento e há um terceiro elemento necessário, a saber, a justificação³ (SOSA, 1995, p. 3); (b) que o conhecimento proposicional (*know that*) é o tipo mais inclusivo ou de maior interesse filosófico, em oposição, por exemplo, ao conhecimento prático (*know how*), que geralmente é tácito e não-proposicional (RODRIGUES, 2013, pp. 2-3); e (c) a ênfase na avaliação de estados cognitivos (*i.e.* crenças) isolados (HOOKWAY, 2003b, p. 193) e a centralidade teórica dos conceitos de conhecimento e justificação (HOOKWAY, 2003b, p. 186).

Sobre as suposições concernentes à natureza e a análise do conhecimento não teremos muito a dizer, pois, como ficará claro na segunda parte, na medida em que não a vemos como o ponto de partida da epistemologia, suspendemos momentaneamente tal investigação. Assim, (a) e (b) serão criticadas apenas indiretamente, conforme a abordagem de (c) for

³ Se trata do elemento que conecta o estado cognitivo do sujeito ao fato que é objeto de crença e que a torna verdadeira de forma adequada, de modo a evitar que a noção de conhecimento seja resumida a crença verdadeira e torne-se, portanto, ou trivial ou inefetiva contra o ceticismo. O termo justificação é mais associado à definição tradicional de Platão, mas o usaremos de forma genérica a fim de evitar confusão entre os diferentes termos usados epistemólogos contemporâneos (Sosa, por exemplo, usa o termo competência).



desenvolvida. São as suposições concernentes ao objeto de interesse da avaliação epistêmica que são problematizadas por Hookway (2003b), isto é, o foco no status epistêmico (geralmente, a justificação) de crenças isoladas, que é refletido na concepção segundo a qual a tarefa principal da epistemologia é formular teorias do conhecimento e da justificação capazes de responder adequadamente a questões como o regresso epistêmico e o problema de Gettier.

2.1 Conhecimento e justificação

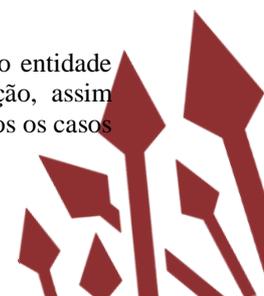
O interesse filosófico na análise e definição de conhecimento tem seu ponto de partida com Platão, no diálogo entre Sócrates e Teeteto, que propõe a seguinte definição

Sócrates, fiquei agora a pensar numa coisa que tinha esquecido e que ouvi alguém dizer: que o saber é opinião verdadeira acompanhada de explicação e que a opinião carente de explicação se encontra à margem do saber. E aquilo de que não há explicação não é susceptível de se saber [...]. (Theaetetus, 201d)

Tal definição não foi endossada diretamente e tampouco teve influência direta sobre o desenvolvimento da teoria do conhecimento moderna, que preocupava-se mais com a fonte e a estrutura do conhecimento humano, mas, ainda assim, a formulação platônica foi retomada e criticada no século XX, primeiro por Russell, na obra *Problems of Philosophy*, publicada em 1912, e depois por Gettier, no artigo *Is justified true belief knowledge?*, de 1963, dando origem a um ramo da epistemologia contemporânea centrado nas chamadas teorias da justificação e na tentativa de resolver o problema de Gettier.

Resumidamente, a análise tradicional consiste em afirmar que qualquer instância de crença que seja tanto verdadeira quanto justificada é uma instância de conhecimento, ou seja, esses três elementos são condições necessárias e conjuntamente suficientes para a posse de conhecimento. Não basta, porém, que a crença seja verdadeira se não for justificada e vice-versa. Aqui, a crença é concebida como um estado subjetivo, assim como a justificação, que seria interno ao conhecedor (DUTRA, 2010, p. 30). A verdade, porém, é o elemento objetivo da análise, que caracteriza o conhecimento como uma relação cognitiva entre sujeito e realidade, tornando necessária a menção a fatos exteriores independentes do sujeito e de suas crenças⁴.

⁴ Para evitar a adoção de um ponto de vista mentalista, isto é, que considere o conhecimento como entidade mental ou psicológica, na contemporaneidade a noção de crença é substituída pela de proposição, assim substitui-se o que poderia ser considerada uma análise metafísica por uma análise conceitual. Em ambos os casos



O debate concernente à definição do conhecimento tornou-se central à epistemologia com o problema de Gettier, que pretendia refutar a definição platônica ao apresentar instâncias nas quais uma crença verdadeira justificada não constitui conhecimento⁵.

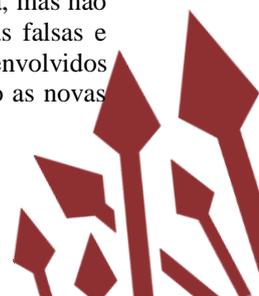
Como foi dito, os dois primeiros componentes da definição tradicional dificilmente são questionados. É parte das suposições consensuais da epistemologia analítica considerar o conhecimento como um estado de crença cujo objeto é uma proposição verdadeira. Resta então, descobrir que condição ou condições deve-se acrescentar no lugar da justificação (ou como complemento à mesma) para alcançar o resultado desejado: uma definição de conhecimento que seja abrangente o suficiente para legitimar nosso uso comum do termo, mas que não esteja sujeita a contraexemplos gettierianos.

Tendo em vista o fracasso em alcançar esse resultado, a explicação para tal talvez não se encontre nas falhas das teorias particulares elaboradas, mas na própria análise a ser reabilitada. Zagzebski (1994) sugere que qualquer análise de conhecimento em termos de crença verdadeira somada a um terceiro elemento está necessariamente sujeita a contraexemplos gettierianos, que são caracterizados por uma dupla sorte interveniente na avaliação da crença: a justificação confere à crença um status epistêmico elevado, mas não implica em conhecimento pois não garante que a crença seja verdadeira (ou seja, crenças falsas podem ser justificadas, mas não constituir conhecimento), de forma que é sempre possível criar um contraexemplo no qual um elemento de sorte inacessível ao sujeito (caso contrário a crença não seria justificada) tornaria falsa sua crença, mas um segundo elemento de sorte, também inacessível, a torna verdadeira, neutralizando o primeiro elemento. Em suas palavras

A conexão entre justificação [...] e verdade deve existir em todo e qualquer caso particular de conhecimento. A noção de conhecimento requer sucesso, tanto em atingir o objetivo da verdade, quanto em atingi-lo pelo caminho cognitivo correto. A noção de justificação ou garantia é menos rigorosa,

se trata da mesma concepção de conhecimento proposicional, ou seja, que pode ser formulado linguisticamente, em oposição, por exemplo, ao conhecimento perceptivo ou intuitivo (DUTRA 2010, p. 34).

⁵ No segundo dos casos Gettier originais, Smith é o sujeito cujas crenças estão sob avaliação; ele crê que seu colega Jones possui um carro Ford e a justificação que possui para esta crença é que ele viu em diversas ocasiões Jones dirigindo um Ford. Smith formula as três proposições disjuntivas seguintes, que seriam todas verdadeiras no caso da crença original o ser: (a) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Boston; (b) Ou Jones teve um Ford ou Brown está em Barcelona; (c) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk. A crença original de que Jones tem um Ford é falsa, mas por acaso Brown, que é um colega de Smith cujo paradeiro ele desconhece, está de fato em Barcelona. Consequentemente, a proposição (b) é verdadeira e justificada, mas não diríamos que constitui conhecimento. Evidentemente, os casos Gettier originais envolvem premissas falsas e uma noção imprecisa de justificação, mas contra-exemplos mais sofisticados foram desenvolvidos posteriormente, evitando argumentos em defesa da análise tradicional e, simultaneamente, declinando as novas análises que foram formuladas nas décadas seguintes.



requerendo somente que o caminho correto seja um que geralmente tenha sucesso em atingir a verdade. É essa diferença entre a noção de conhecimento e a noção de justificação que é responsável por problemas Gettier. (ZAGZEBSKI, 1994, p. 73) [Tradução minha]⁶

Assim, Zagzebski conclui, a menos que a justificação seja concebida como suficiente para o conhecimento (o que tornaria a *verdade* supérflua na análise), nenhuma tentativa de consertar a análise tradicional será bem-sucedida.

2.2 Internalismo, externalismo e ceticismo

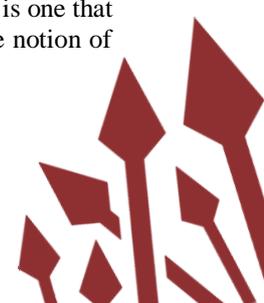
Até aqui falamos da justificação de forma genérica, como componente da análise do conhecimento e do projeto de uma epistemologia “anti-sorte”, isto é, uma epistemologia que explique em que o conhecimento difere das crenças cuja verdade não é produto da justificação que o sujeito possui, mas de elementos fortuitos aos quais o sujeito não tem acesso. Ainda assim, é necessário esclarecer a função da justificação na epistemologia tradicional. Para tal, será útil explicar brevemente o que entendemos por internalismo e externalismo⁷ e quais são as limitações de cada tese. Vimos acima a centralidade teórica do conhecimento e sua relação com a noção de justificação, que é a avaliação epistêmica que qualifica as crenças como candidatas a conhecimento ou não. Apesar de termos chegado a uma nota negativa quanto à possibilidade de resolução do problema de Gettier⁸, o debate internalismo *versus* externalismo é pertinente para avaliações epistêmicas em geral, e não somente para avaliações de crenças. Como veremos na segunda seção, a concepção de virtude de Hookway (2003b, p. 184) inclui tanto aspectos internalistas quanto externalistas, ou, tanto subjetivos quanto objetivos.

Na teoria da justificação o internalismo é uma tese genérica, implícita em grande parte da história da filosofia, segundo a qual os estados e eventos que contam como evidência e razão a favor ou contra alguma crença são necessariamente internos ao sujeito, isto é, o conhecedor tem acesso a tais estados de modo que possa, ele mesmo, determinar quando uma crença tem o status de justificada ou de conhecimento. Trata-se de uma tese que se aproxima do solipsismo, pois tais estados internos são geralmente concebidos como estados mentais,

⁶ “The connection between justification [...] and truth must exist in each and every particular case of knowledge. The notion of knowledge requires success, both in reaching the goal of truth, and in reaching it via the right cognitive path. The notion of justification or warrant is less stringent, requiring only that the right path is one that is usually successful at getting the truth. It is this difference between the notion of knowledge and the notion of justification that is responsible for Gettier problems”

⁷ Chamados de *cartesianismo* e *confiabilismo cru*, respectivamente, por Hookway (1994, p. 215).

⁸ Zagzebski (1994) afirma que o problema de Gettier é insolúvel para ambas alternativas.



aos quais o sujeito tem acesso direto e, portanto, não precisa recorrer a evidências externas: o indivíduo seria capaz, supõe-se, de avaliar suas crenças corretamente por meio da reflexão.

Evidentemente, como Hookway (1994, p. 212) aponta, processos cerebrais e fisiológicos em geral são internos ao corpo humano, mas não à mente, e por isso não são abarcados pela tese internalista. Mesmo que estados mentais sejam idênticos a processos neurais ou tenham alguma relação de dependência ontológica com o sistema nervoso central, isso não é algo que podemos descobrir pela introspecção ou inspecionando cérebros.

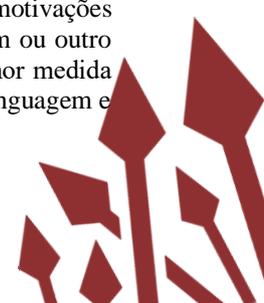
O externalismo, por sua vez, pode ser identificado de duas maneiras distintas: (i) como a negação do internalismo, ou seja, a mera afirmação de que nem tudo que é pertinente à avaliação de crenças é interno, ou (ii) a rejeição completa do internalismo, ou seja, a afirmação mais contundente de que a reflexão e o mundo interno em nada contribuem para a justificação⁹. Processos cognitivos confiáveis e um ambiente cooperativo e adequado aos exercícios de tais processos são exemplos de fatores externos que têm grande importância na formação de crenças. Tais fatores são externos porque mesmo que a visão, por exemplo, seja interna, sua confiabilidade enquanto faculdade cognitiva é uma propriedade objetiva, a qual o sujeito não tem acesso.

125 Quanto ao ambiente, cenários céticos, como a hipótese do gênio maligno de Descartes, desfavorecem a formação de crenças, enquanto que “mundos normais”, nos quais nossas faculdades cognitivas não são sistematicamente enganadas, proporcionam um sucesso suficientemente alto na aquisição de crenças justificadas e conhecimento. Em ambos os casos o mundo exterior não se confunde com o mundo como experienciado e é possível que dois sujeitos tenham experiências e crenças idênticas, mas com status epistêmicos opostos, visto que, por hipótese, um teria crenças predominantemente verdadeiras acerca do mundo exterior, enquanto o outro seria sistematicamente enganado e formaria somente crenças falsas (sem, contudo, ter qualquer culpa por seu fracasso em conhecer a realidade).

Ambas as alternativas enfrentam problemas. Veremos agora dois argumentos céticos que inviabilizam as versões extremas de ambas as teses.

O internalismo está sujeito ao Trilema de Agripa, segundo o qual, a justificação de crenças (proposições) nos impele a tomar um dos três caminhos seguintes

⁹ Em (i) é possível mesclar fatores internos e externos, mas em (ii) somente fatores externos são admitidos. Com isso, chamam-se externalistas tanto as teorias mistas, que tentam apropriar-se das intuições e motivações internalistas, quanto as teorias radicais, que são de inclinação naturalista e rejeitam explicitamente um ou outro aspecto da epistemologia tradicional. Essa tese, tanto a ‘fraca’ quanto a ‘forte’, está presente em menor medida na história da filosofia, e foi melhor desenvolvida na tradição analítica, em áreas como a filosofia da linguagem e da mente, além da epistemologia.



- (a) justificar uma crença a com uma crença b, que, por seu turno, é justificada por uma crença c, e assim sucessivamente, gerando-se uma regressão infinita;
- (b) justificar uma crença a apelando a uma crença b, que é, todavia, justificada pela primeira, o que faz da justificação um processo circular;
- (c) pressupor que há um conjunto de crenças básicas que não requerem justificação inferencial e que constituem o fundamento das nossas cadeias de justificação. (SILVA, 2013, p. 1-2)

A ideia de um regresso infinito não é satisfatória, tampouco o é a de uma circularidade potencialmente viciosa; a busca por crenças básicas (não-inferenciais) nas quais o conhecimento se funde parece para muitos a melhor opção, mas enfrenta dificuldades tão grandes quanto suas alternativas, como, por exemplo, o Mito do Dado, que problematiza a possibilidade da experiência servir como base para o conhecimento empírico (cf. SELLARS, 2008), Consequentemente, conclui o cético, a possibilidade de possuímos crenças justificadas¹⁰ e conhecimento é minada.

Hookway (1994) interpreta esse problema – o risco de um regresso vicioso - como fundado nas demandas irrealizáveis da reflexão. A exigência internalista de que possamos dar razões e justificar toda crença supõe que toda evidência em favor de nossas crenças possa ser aduzida pela reflexão, de modo que, ao investigar é necessário justificar toda proposição (ou qualquer elemento do *aparato cognitivo* do sujeito) que fazemos uso. O resultado é a impossibilidade tanto teórica quanto prática não somente de justificar crenças particulares, mas também de legitimar o uso de pressupostos, métodos, regras de inferência e conhecimento de *background* que possuímos (HOOKWAY, 2003a, p. 216). Ademais, existem exemplos reais e hipotéticos de investigações nas quais o agente não pode ser considerado negligente, mas, ainda assim, falha, em virtude de circunstâncias que não pode controlar. Portanto, o internalismo parece ter exigências muito fortes e que, mesmo que fossem realizadas, ainda não garantiriam a justificação de crenças ou o status epistêmico positivo da atividade cognitiva em questão¹¹.

¹⁰ É importante distinguir entre dois tipos de justificação que são expressos nas afirmações “o agente está justificado em crer que p” e “a crença que p está justificada”. O primeiro pode ser chamado de *situacional*, e diz respeito à justificação que o agente, ao cumprir seu dever epistêmico, possui para crer que p (RODRIGUES, 2013, p. 5). O segundo, que é de maior interesse a epistemologia tradicional, é a justificação *doxástica* (Ibid, p. 6). É sempre possível que a situação epistêmica do agente, por melhor que seja, não seja boa o suficiente: mesmo que o agente tenha pleno controle de suas crenças e seja tão atento quanto possível às evidências a favor e contra de cada uma delas, ainda é possível que suas crenças não sejam justificadas, como ocorre nos casos gettierianos e, de modo radical, na hipótese do gênio maligno de Descartes (1979). Logo, o primeiro tipo de justificação não se confunde com o segundo.

¹¹ O cartesianismo, concebido como uma forma extrema de internalismo, parece nos privar tanto de justificação situacional quanto da justificação *doxástica*.



O externalismo, por sua vez é objeto de diversas críticas (cf. LUZ, 2005; AXTELL, 1997, p. 5), entre as quais está o *novo problema do gênio maligno*, já esboçado acima

Imaginemos dois grupos de indivíduos, com faculdades mentais semelhantes. Um grupo é composto, digamos, por seres humanos como nós, vivendo num ambiente como o nosso (vamos conceder que este grupo viva num ambiente tal que suas crenças sobre o mundo externo são, em larga medida, verdadeiras). O segundo grupo é composto por gêmeos do primeiro grupo, mas que vivem num ambiente manipulado por um demônio maligno *a lá* Descartes. (LUZ, 2005, p. 197)

Segundo o externalismo, a confiabilidade das faculdades empregadas na formação de crenças basta como critério de justificação para estas (HOOKWAY, 1994, p. 219). Desse modo, o primeiro grupo do experimento mental teria crenças justificadas, enquanto o segundo teria, invariavelmente, crenças injustificadas. Contudo, não parece adequado que agentes com faculdades cognitivas idênticas, em situações internamente indiscerníveis e formando crenças segundo os mesmos padrões de evidência tenham resultados tão diferentes. Naturalmente, o segundo grupo é privado de conhecimento, pois possui apenas crenças falsas. Entretanto, em ambos os cenários os agentes não parecem estar menos ou mais justificados em crer como o fazem, com base nos mesmos processos (AXTELL, 1997, p. 5). A confiabilidade não parece elucidar de forma satisfatória a noção intuitiva de justificação que possuímos¹².

O novo problema tem como alvo a noção puramente confiabilista de justificação. Em “mundos normais” as faculdades cognitivas em questão produzem crenças verdadeiras suficientes para serem consideradas confiáveis, mas em cenários céticos, nos quais os *inputs* são enganosos e não correspondem à realidade, as crenças produzidas serão inevitavelmente

¹² O que distingue o *problema do gênio maligno* de Descartes do novo problema é que o primeiro objetiva mostrar que é possível que todas nossas crenças sejam falsas, e que esta possibilidade não pode ser excluída por qualquer evidência obtida a partir da experiência ou da reflexão. Se trata de um cenário cético cujo alvo é o internalismo e a pretensa posse de conhecimento empírico por meio da percepção, ou mesmo de qualquer conhecimento por meio de nossas faculdades mentais. Não há implicação de que não possamos ter crenças justificadas ao formá-las com base nessas faculdades. A questão levantada é: como podemos confiar nos nossos processos de formação de crença, enquanto fontes de conhecimento, se é possível que toda informação que eles nos fornecem seja enganosa? O *novo problema do gênio maligno*, por sua vez, objetiva mostrar que a concepção externalista de justificação é intuitivamente incorreta, dado que não diríamos que as pessoas enganadas pelo gênio são irracionais em crer no que veem, escutam, leem e etc. Pelo contrário, apesar de suas crenças, por serem falsas, não serem candidatas a conhecimento, as vítimas do gênio maligno parecem estar tão justificadas quanto as pessoas em um mundo normal em usar e confiar em suas faculdades cognitivas, mesmo que estas produzam apenas crenças falsas. Parece, portanto, que é possível ter justificação situacional ou talvez até mesmo justificação *doxástica*, apesar da falsidade das crenças e da ineficiência das faculdades cognitivas. Vale notar que ambos argumentos não dependem da possibilidade real (metafísica ou física) da existência de um gênio maligno – não precisamos levar a sério a hipótese de que podemos, agora, estar sob o controle do gênio, para entender a força do argumento contra o externalismo. Cenários de estimulação artificial e realidade virtual como Matrix são mais plausíveis.



falsas. Ainda assim, parece incorreto afirmar que as crenças formadas em um ambiente não-cooperativo não são justificadas. A questão levantada é

[...] se os processos de formação de crença são confiáveis para o primeiro grupo, o grupo que está, digamos, na situação normal, por que deveríamos tomar como injustificadas crenças formadas pelos mesmos processos, só que nas condições menos favoráveis impostas pelo demônio? (LUZ, 2005, p. 197)

Ao analisar os acertos do externalismo Hookway considera a justificação em seu contexto investigativo. Segundo ele, o propósito do conceito de justificação é legitimar o uso da proposição justificada para resolver problemas e responder questões, mas sem que a proposição mesma seja objeto de dúvida

Quando eu trato um item de informação como ‘justificado’, então eu o utilizo ao planejar investigações e para responder questões sobre (desafios a) outros itens de informação. Eu o faço sem levantar, por sua vez, questões sobre a legitimidade de fazê-lo. Esse é, por assim dizer, o ponto do conceito de justificação. (HOOKWAY, 1994, p. 220) [Tradução minha]¹³

128

Na medida em que as investigações que utilizam essas proposições forem bem-sucedidas, é razoável proceder sem questioná-las e até mesmo concluir que a confiabilidade é suficiente para legitimá-las

Claramente (e esse é o grão de verdade capturado por teorias confiabilistas e externalistas), minha prática de tratar tais itens de informação como justificados (não abertos a dúvidas) é falha se frequentemente introduzir erros em minhas investigações subsequentes – se frequentemente levar minhas expectativas a serem desapontadas ou surpreendidas. (HOOKWAY, 1994, p. 221) [Tradução minha]¹⁴

Por outro lado, não é razoável concluir que a reflexão não tem nenhum papel na justificação. Assim como há proposições que não precisam e não devem ser questionadas em determinada investigação, há outras cujo questionamento é crucial para a boa condução dela. A respeito dessas últimas é necessário que dúvidas sejam *salientes*, de modo que ignorá-las

¹³ When I treat an item of information as 'justified', then I make use of it in planning inquiries and in answering questions about (challenges to) other items of information. I do so without raising, in turn, questions about the legitimacy of doing so. This is, so to speak, the point of the concept of justification.”

¹⁴ “Clearly (and this is the nugget of truth captured by reliabilist and externalist theories), my practice of treating such items of information as justified (as not open to question) is flawed if it frequently introduces error into my subsequent investigations – if it frequently leads my expectations to be disappointed or surprised.”



seria negligência. O que não é necessário é que para cada resposta a que se chegue haja novas dúvidas relevantes a serem abordadas.

3 A FUNÇÃO DAS VIRTUDES INTELLECTUAIS EM ATIVIDADES EPISTÊMICAS

A epistemologia a ser defendida aqui tem como ponto de partida as seguintes questões: (a) o que são e como funcionam as avaliações epistêmicas? (b) quais são nossos objetivos epistêmicos? (c) (como) podemos alcançá-los (por meio dessas avaliações)? Essas questões são versões genéricas dos problemas da epistemologia tradicional, que pressupõe que tais avaliações sejam em termos de conhecimento e justificação (HOOKWAY, 2003b, p. 192).

A vantagem de começar pela versão mais abstrata é que assim é possível ampliar os horizontes da epistemologia e questionar a centralidade dos já criticados conceitos de conhecimento e justificação. Tal concepção é compatível com a centralidade desses conceitos, nesse caso a concepção abstrata desembocaria na tradicional, mas não é esse o caminho tomado por Hookway (2003b). Antes, ele sugere um sistema de avaliações epistêmicas alternativo, concernente a atividades e não estados cognitivos particulares. Assim, o que Hookway faz é mais propriamente uma metaepistemologia, em vista de reorientar as questões da disciplina, em vez de tentar respondê-las diretamente.

É essencial para o projeto do autor que não se tente definir conhecimento e crença justificada como resultantes de atividades epistêmicas bem conduzidas, pois assim estaríamos novamente lidando com a concepção tradicional da tarefa da epistemologia. Deve-se rejeitar a centralidade de tais conceitos pois, caso contrário, o papel das virtudes seria periférico dado que não fazem parte da análise dos conceitos em questão, e não seria apropriado chamar de Epistemologia da Virtude um projeto que as inclui apenas marginalmente (HOOKWAY, 2003b, p. 195).

Nessa reformulação da epistemologia o ceticismo surge como uma ameaça à possibilidade de investigarmos de forma responsável e efetiva (HOOKWAY, 2003b, p. 198). Se a reflexão tiver um papel central nas avaliações que regulam as investigações, então estas teriam de enfrentar questões que não podemos responder, como o problema do regresso ou os cenários hipotéticos de que tratamos anteriormente (2.2), e estariam fadadas ou a serem interrompidas antes mesmo de serem iniciadas, ou a serem negligentes,



procedendo mesmo com lacunas comprometedoras. O cético concluiria que não é possível investigar de forma responsável e efetiva. Hookway, porém, rejeita a centralidade da reflexão, que dá lugar a avaliações afetivas imediatas e virtudes que as sustentam e tornam possível a realização de atividades epistêmicas (2003b, p. 199).

3.1 A fenomenologia da investigação

As atividades cognitivas consistem fundamentalmente em investigações e deliberações, isto é, tentativas de responder questões e decisões concernentes a que subproblemas abordar, em que direção aponta a evidência obtida, quando dar por concluída a investigação e como avaliar os resultados (HOOKWAY, 2003a, p. 86). A eficiência dessas atividades dependerá então de nossa capacidade de levantar questões relevantes e de evitar questões irrelevantes. A teoria de Hookway contém dois aspectos, um descritivo e um normativo. O primeiro se trata da fenomenologia da investigação, e o segundo de sua ética¹⁵. Nessa mesma ordem os abordaremos.

A partir das considerações de Quine (2013) sobre o modo como avaliamos proposições com base em evidências, Hookway (2003a) sugere que estados afetivos e virtudes são fundamentais para compreendermos o modo como investigamos e porque somos capazes de fazê-lo de forma a alcançar nossos objetivos epistêmicos. Ao contrário do que supõe grande parte da tradição, a reflexão não nos permite entender o que é que faz com que consideremos determinadas proposições (inferências, julgamentos e dúvidas) como boas ou ruins, isto é, a reflexão é incapaz de explicitar que normas e padrões seguimos ao avaliar nossas crenças. Dado que carecemos de princípios explícitos ou métodos de controle reflexivo de nossas atividades, parece que temos que admitir outros elementos reguladores que não a reflexão consciente.

A proposta de Hookway (2003a, p. 83) é que geralmente as avaliações epistêmicas são *sentidas*: Quando consideramos uma inferência como boa não somos capazes de justificar a proposição que nos ocorre como adequada à investigação, a inferência possui uma *imediatez*; a base da inferência é, naturalmente, o conhecimento prévio do agente (i.e. seu sistema de crenças), mas este funciona de modo *holístico*, não sendo passível de formalização ou mesmo de identificação das proposições específicas que funcionam como

¹⁵ Na epistemologia tradicional o debate sobre a “ética da crença” consiste na “[...] busca por princípios que determinem o que devemos acreditar” (HOOKWAY, 1994, p. 211), ou princípios que determinem quando é correto (laudável) e quando é incorreto (culpável) crer em uma proposição. Na epistemologia de Hookway (1994) o problema é reformulado em termos de investigações e do modo como devemos conduzi-las.



premissas; os padrões e princípio que guiam a formação de crenças se manifestam na prática, ao realizarmos atividades cognitivas, e não na reflexão acerca da mesma e de seus resultados; e até mesmo o raciocínio deliberado (em oposição ao raciocínio espontâneo de que estivemos falando até então) não é completamente explícito, pois as razões conscientemente *sentidas* são parte de um corpo de conhecimento e hábitos avaliativos implícitos, do qual depende para que possam cumprir sua função (que é guiar a deliberação, a formação e a justificação de crenças). De forma sintética, o processo de avaliação epistêmica imediata envolve os seguintes elementos

1. Um julgamento afetivamente caracterizado sobre uma inferência ou proposição
2. que expressa meus valores
3. que não pode ser substituído por uma defesa completamente intelectual da inferência ou proposição
4. que tem uma força *motivacional*
5. cujo impacto depende do modo como sua influência se espalha por minha economia afetiva. (HOOKWAY, 2003a, p. 85) [Tradução minha; grifo do autor]¹⁶

131 Esses elementos estão presentes nas avaliações imediatas que realizamos, mas sobre as quais não temos acesso ou controle consciente. A confiança nessas avaliações é uma condição necessária para que possamos confiar em nossas atividades epistêmicas em geral, e na racionalidade de nossas crenças. Evidentemente, cada nova avaliação afetara as anteriores apenas na medida em que resultar em uma reavaliação delas, o que não ocorre caso a avaliação não se propague pelo sistema de crenças do agente. Tais avaliações são, para Hookway (2003a, p. 84), *afetivas*, e não puramente cognitivas. Ademais, elas possuem um papel motivacional que explica o início e o término das investigações: (i) sente-se dúvida ou ansiedade quanto a alguma proposição devido ao surgimento de evidências contrárias ou à aceitação de uma proposição que a contradiga ou a torne implausível. Com isso, inicia-se nova investigação. (ii) sente-se satisfação quanto a proposição obtida, de modo que a investigação é dada por concluída (mesmo que apenas temporariamente).

A *imediatividade* de que Hookway (2003a, p. 85) fala não é metafísica, mas sim fenomenológica. Não se trata de sentir como convincente (ou como duvidosa) uma proposição sem que essa sensação seja baseada em qualquer outro fato a respeito do agente ou da

¹⁶ “1. An affectively characterised judgemente about an inference or proposition 2. that expresses my values, which cannot be replaced by a full intellectual defence of the inference or proposition, 3. which has a *motivational* force, 5. and whose impact depends upon the way its influence is spread through my affective economy.”



proposição, mas de senti-la como tal sem que os fatores que a fazem sê-lo apareçam à consciência. O que caracteriza a inferência ou dúvida como imediata é que no momento da inferência o conhecimento de *background* não é evocado conscientemente, e, por conseguinte, não é a causa do sentimento de que a inferência é boa.

Já o que caracteriza as proposições que são objeto de avaliações imediatas é a sua posse de *saliência*, dentro de um determinado contexto investigativo: a proposição é sentida como possuindo algum valor epistêmico e relevância para a investigação. A tese de Hookway (2003a) é que esta *saliência* é emocional ou afetiva, e que o sucesso de nossas atividades cognitivas depende de que ela seja apropriada, isto é, que as proposições que são sentidas como relevantes sejam, de fato, relevantes. Caso contrário, se falharmos em levantar questões relevantes ou levantarmos questões demais, nossa investigação falhará ou será ineficiente.

Até então temos uma imagem parcial da concepção de investigação de Hookway (2003a). As avaliações epistêmicas (i.e. crenças, inferências, julgamentos e dúvidas) regulam atividades epistêmicas (investigações e deliberações). A *imediateidade* (epistêmica) e a *saliência* (emocional) pertencem às avaliações, o que as torna condições de possibilidade das atividades epistêmicas. Inferências podem ser “imediatamente convincentes” (HOOKWAY, 2003a, p. 86), isto é, dúvidas a seu respeito não ocorrem, não possuem, portanto, *saliência* (isso inclui a própria questão sobre o porquê a inferência deve ser aceita); Dúvidas, sejam reais ou ilusórias, podem ser “imediatamente forçosas” (HOOKWAY, 2003a, p. 86). São ansiedades quanto à resolução de problemas.

Assim como precisamos reconhecer as questões relevantes, precisamos também não abordar as que não o são. Para Hookway (2003a, p. 87) são dois os tipos de questões não-salientes

- 1) As que não ocorrem ao investigador, mas que poderiam ser respondidas caso ocorressem. Mesmo que seja praticamente impossível abordar simultaneamente todas as questões desse tipo, nenhuma delas é, em princípio, impossível de ser respondida. Por exemplo, dúvidas sobre as condições de iluminação não surgem em situações cotidianas. A menos que tenhamos motivo para pensar que as cores que vemos estão distorcidas, não precisamos nos assegurar de que estamos em condições adequadas de observação;



2) As que, caso ocorressem, não poderiam ser respondidas. Os diversos desafios céticos, por exemplo, são desse tipo, e evitá-los é fundamental para o sucesso investigativo e para o nosso “bem-estar epistêmico”.

As questões que impossibilitariam a investigação não apenas não ocorrem, como também *não devem* ocorrer para que possamos alcançar nossos objetivos epistêmicos. Assim, vamos da descrição da investigação a seu aspecto normativo. Hookway (2003a, pp. 87-90) aplica sua teoria a dois tipos de regresso, o de razões e o de justificação. Falaremos apenas sobre o segundo. Sobre qualquer proposição empregada ao investigar pode-se perguntar “o que justifica a afirmação de que q justifica p?” e “que razão há para crer que q justifica p?” (HOOKWAY, 2003a, p.88). Evidentemente, se fossem salientes para toda proposição, tais questões impediriam qualquer progresso intelectual. Sabemos que elas não o são, mas falta elucidar se elas deveriam ser salientes, ou seja, se o fato de as ignorarmos não compromete nossa responsabilidade enquanto investigadores.

As supostas razões pelas quais o regresso deveria ser saliente abordada por Hookway (HOOKWAY, 2003a, p. 89) são as seguintes: (A) a concepção intelectualista da justificação: devemos poder acessar todas as razões e justificações relevantes para nossas crenças. Logo, quais são essas razões e justificações deveria ser uma questão saliente, o que nos forçaria a enfrentar o regresso; (B) a contingência da relação entre avaliações afetivas e a boa condução das investigações: diversos fatores podem tornar as avaliações inefetivas e epistemicamente irrelevantes¹⁷.

O primeiro argumento pró regresso (A) não parece ser um problema a menos que se adote o internalismo extremo que o motiva, o que Hookway não faz. Não há razão para demandar que toda razão ou justificação esteja disponível¹⁸ ao sujeito. O *background* cognitivo que fundamenta as proposições salientes não possui saliência, conseqüentemente poucas das razões e justificações aparecem à consciência e as questões a seu respeito tampouco possuem saliência: se não há regresso de saliência, não há regresso de justificação (HOOKWAY, 2003a, p. 88). Por outro lado, para Hookway (2003a, p. 89), responder a (B) requer que “[...] sejamos *adequadamente confiantes* (subjetivo) que somos confiáveis (objetivo) [Tradução minha; grifo do autor]”¹⁹. O problema aqui é que as avaliações imediatas

¹⁷ Por exemplo, falhas no conhecimento de *background*, desconhecimento de evidências relevantes e *akrasia* epistêmica (Cf. HOOKWAY, 2001). Se trata do mesmo problema geral da relação entre a justificação interna ou situacional e sua confiabilidade.

¹⁸ “open to view” (2003a, p. 89)

¹⁹ “[...] we must be *properly confident* (subjective) that we are *reliable* (objective).”



seriam apenas “condicionalmente confiáveis”, isto é, essas avaliações garantiriam o sucesso se fossem epistemicamente relevantes. Contudo, não podemos saber se elas são ou não confiáveis, logo, nossa confiança nas avaliações é minada por essa ressalva.

O problema pode ser dividido em duas partes (HOOKWAY, 2003a, p.90)

(B1) Explanatório: a falta de uma explicação para a adequação entre as avaliações afetivas e a boa condução das atividades cognitivas não é suficiente para reduzir nossa confiança em nossa capacidade cognitiva, a menos que tenhamos razões positivas para duvidar da possibilidade de obter tal explicação. Ademais, a explicação pode ser científica, não filosófica. Caberia então à psicologia evolutiva ou às neurociências, por exemplo, explicar como as avaliações imediatas são guias suficientemente confiáveis para as atividades epistêmicas;

(B2) Justificatório: a objeção é que precisamos justificar a confiança nas avaliações afetivas. Na falta de uma deveríamos sentir ansiedade (*i.e.* dúvida, avaliação afetiva negativa) quanto às investigações e as crenças que dependem dessas avaliações. Dado que não sentimos tal ansiedade, isso também deve ser considerado como uma falha epistêmica das mesmas avaliações, de modo que deveríamos sentir ansiedade por não sentir ansiedade quanto à justificação das avaliações afetivas.

A resposta de Hookway (2003a, p. 90) consiste em reiterar que nossa identificação com as avaliações afetivas impede que duvidemos delas e, além disso, nos faz duvidar das considerações contrárias a elas. As objeções às avaliações afetivas, precisamente por serem abstratas e reflexivas, carecem de força emotiva e saliência. Portanto, não são capazes de nos motivar a duvidar das avaliações afetivas. É importante notar que esse argumento só é possível se, como Hookway sugere, considerarmos as avaliações imediatas como afetivas. Caso contrário, elas estariam no mesmo patamar das considerações abstratas e não poderíamos defender nossa conduta epistêmica usual contra o ceticismo.

3.2 Virtudes e ceticismo



Vejamos agora de que modo as virtudes podem ter um papel central nas atividades cognitivas. Vimos acima a defesa de Hookway de que estados afetivos cumprem um papel importante tanto em investigações reais quanto na resolução de problemas clássicos da epistemologia, como o ceticismo. As virtudes, porém, ainda não foram incluídas nesse cenário. Nessa subseção as virtudes intelectuais serão mais bem caracterizadas e seu papel na regulação das atividades cognitivas e na resolução do ceticismo será esclarecido.

As virtudes intelectuais são comumente divididas entre capacidades e habilidades, de um lado, e traços de caráter, de outro. Para Hookway (2003a, p. 91) as capacidades naturais, como uma boa visão ou uma memória confiável, são necessárias, mas não suficientes, visto que a boa investigação depende de que a saliência epistêmica corresponda ao que é epistemicamente relevante, isto é, que o que parece relevante ao investigador deve ser, em geral, relevante de fato (HOOKWAY, 2003a, p. 91). Uma excelência natural pode ser empregada para fins de pouca ou nenhuma relevância intelectual, como um exame oftalmologista, cujo sucesso consiste em identificar corretamente as letras miúdas. Elas dependem, portanto, de uma aplicação efetiva para que sejam úteis, e como o modo de uso dessas capacidades não depende delas mesmas, então tais virtudes cognitivas não garantem, por si só, que o investigador obtenha bons resultados. O bom uso das capacidades naturais é regulado e guiado pelos traços de caráter, que são como virtudes de segunda ordem.

O papel das virtudes de caráter intelectual então seria regular os padrões de saliência, ou seja, quais questões surgem ou não durante a investigação, quais inferências e proposições são consideradas boas e como melhor usar as capacidades cognitivas naturais ao investigar. A tese de Hookway (2003a, p. 91) é que sem virtudes (*i.e.* disposições que informam os padrões de saliência) não poderíamos confiar que nossas avaliações imediatas sejam adequadas, que sejam conducentes à verdade.

A fenomenologia da investigação agora dá lugar a uma análise da relevância epistêmica: Hookway (2003a, p. 91) explora o que é necessário para que nossas avaliações sejam eficientes, e para isso supõe (sem comprometer-se com a tese) que a investigação tem como critério a identificação e a eliminação de alternativas relevantes à que defendemos (“cremos”) ou tomamos meramente como hipótese de trabalho. Um requisito para a eliminação de hipóteses alternativas é a capacidade de identificar informações relevantes para contrastar as concorrentes. Por fim, deve-se ser capaz também de “julgar que não há alternativas relevantes ‘vivas’” (HOOKWAY, 2003a, p. 91).



Obviamente há a impossibilidade prática e reflexiva de realizar essas tarefas de forma explícita e consciente. Não temos capacidades cognitivas (memória de trabalho, por exemplo) ou tempo suficiente para considerar todas as alternativas relevantes, e é igualmente implausível que consigamos considerar somente as relevantes (HOOKWAY, 2003a, p. 92). Um critério mais plausível é que consideremos conscientemente apenas as possibilidades direta ou indiretamente relevantes para a investigação²⁰. Para tal, as virtudes intelectuais aparecem como condição de possibilidade da confiança que precisamos depositar em nossos juízos afetivos imediatos. Sem as quais não poderíamos confiar em nossa capacidade de identificar as possibilidades relevantes.

Visto que a tarefa não pode ser realizada conscientemente, precisamos de capacidades que controlem o que toma nossa atenção consciente, o que parece ser relevante e o que não parece ser relevante (HOOKWAY, 2003a, p. 92). Desse modo, para levar em conta as informações e alternativas relevantes à investigação precisamos direcionar nossa atenção consciente ao que as alternativas certas, e simplesmente não considerar as demais. A não-atenção é essencial para a eficiência da investigação (HOOKWAY, 2003a, p. 92). Portanto, as virtudes intelectuais de traços de caráter são disposições que se expressam nos padrões e hábitos de avaliações afetivas que possuímos. São o que garante a consistência e a confiabilidade da imediaticidade e da saliência e, por conseguinte, o que possibilita a boa condução de atividades epistêmicas.

Se a concepção de Hookway (2003a) for correta, então dúvidas reais são sentidas como ansiedades em relação a um problema não resolvido. As dúvidas céticas, porém, não tem essa urgência afetiva e só ocorrem ao refletirmos sobre nossas práticas epistêmicas. Explica-se, com isso, o porquê de o ceticismo não ser um problema em investigações reais e o porquê de isso ser perfeitamente adequado²¹.

As virtudes regulam a saliência, de modo que nós sentimos dúvida quando a dúvida puder nos levar a descobrir novas informações e reavaliar as que já possuímos. Igualmente importante é a função negativa dessa regulação, que consiste em não direcionar nossa atenção a determinadas dúvidas, cuja não-saliência é evidência de sua irrelevância para a investigação em questão (HOOKWAY, 2003a, p. 93). Tais dúvidas simplesmente não nos ocorrem, e se as considerarmos de forma deliberada, ainda assim elas são puramente abstratas e incapazes de

²⁰ Diretamente relevantes são as proposições alternativas à nossa hipótese, e indiretamente relevantes são as proposições relevantes para o acesso a tais alternativas (HOOKWAY, 2003a, p. 92).

²¹ Em contraste, para concepções puramente intelectualistas responder ao ceticismo seria uma condição anterior a toda investigação construtiva, e o fato de que não somos capazes de fazê-lo seria uma falha epistêmica que comprometeria todo o conhecimento que pensamos possuir.



nos motivar a redirecionar nossos esforços. De forma que o fato de que elas não nos ocorreram espontaneamente no curso da investigação, mas somente ao refletirmos deliberadamente, é sinal de que somos intelectualmente virtuosos, que os nossos hábitos de avaliação imediata são confiáveis (ao menos no que tange que questões ignorar). No caso das dúvidas céticas, levá-las a sério seria sintoma de um desajuste do caráter cognitivo do agente e de uma desconfiança excessiva em relação as próprias intuições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia da virtude de Hookway tem como um de seus objetivos explorar as paridades estruturais da disciplina com a ética (HOOKWAY, 1994, p. 212). Para ele, ambas têm como objetivo avaliar agentes, seus caracteres e suas ações, mas diferindo quanto ao tipo de avaliação que é feita: a epistemologia analisa agentes enquanto investigadores e conhecedores (HOOKWAY, 2003a, p. 78). O caráter intelectual e ações como julgamentos e asserções é que lhe interessam; a ética por sua vez os analisa enquanto agentes morais. Esse paralelo é pouco debatido na epistemologia tradicional, com efeito virtudes intelectuais e emoções receberam pouquíssima atenção durante a maior parte da história da disciplina e a utilidade de tais conceitos não foi explorada de forma sistemática.

As teorias do conhecimento clássicas costumam separar com rigidez cognição e emoção, e enfatizam somente os efeitos negativos desta sobre aquela (HOOKWAY, 2003a, p. 79). A tese de Hookway de que as emoções têm um papel fundamental na cognição é, portanto, um redirecionamento frutífero para a filosofia, apesar de não ser novidade para a psicologia, que reconhece a intricada relação entre emoções, raciocínio e tomada de decisão (cf. DAMÁSIO, 2012). Nota-se que a teoria de Hookway aproxima a epistemologia não só da ética, mas também das ciências empíricas. A hipótese da imediaticidade avaliativa e da saliência afetiva são de possível interesse para a psicologia, e pode ser corroborada ou não por essa disciplina, mas, ao contrário de grande parte da epistemologia tradicional, não lhe é estranha. Ao menos em princípio é possível que as neurociências e a psicologia cognitiva descubram os mecanismos envolvidos nessas avaliações, e as capacidades, habilidades e motivações que compõe o que chamamos de virtudes de caráter (HOOKWAY, 2001, p. 195).

Hookway também parece desfazer, em certa medida, a distinção usual entre teorias da investigação e teorias do conhecimento e da justificação, sendo que a



primeira seria tarefa da filosofia da ciência e da metodologia, e as demais da epistemologia (DUTRA, 2010, p. 10). Essa mudança revelou que a importância dos conceitos de conhecimento e justificação para a epistemologia não é tão certa quanto se supunha, mas isso não é de todo surpreendente, tendo em vista que na filosofia da ciência esses conceitos são pouco expressivos, ou mesmo completamente irrelevantes (HOOKWAY, 2003b, p. 201). Para mencionar dois exemplos, Karl Popper pensa que a epistemologia deve tratar de conhecimento objetivo, desvincilhado do sujeito conhecedor e de seus estados mentais (Cf. POPPER, 1972), enquanto Mario Bunge concebe o conhecimento como um estado mental anterior à crença e que tampouco envolve a verdade, rejeitando por completo a análise tradicional e, por conseguinte, toda a literatura filosófica centrada nos experimentos mentais gettierianos (BUNGE, 2017, p. 282). Assim, com as virtudes epistêmicas no repertório conceitual, há uma grande área a ser sondada no que tange as semelhanças e dessemelhanças entre a investigação comum e a científica, sobre que papel as virtudes e outros conceitos normativos podem cumprir em ambas, sobre as relações entre fato e valor e outras questões mais.



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: Os Pensadores. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

BATTALY, Heather. Virtue Epistemology. In: *Philosophy Compass*, v. 3, n. 4, 2008, p. 639-663.

BUNGE, Mario. *Matéria e Mente*. Tradução de Gita K. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DAMÁSIO, Antônio R. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. 3ª ed. Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DESCARTES, René. *Meditações*. In: Os Pensadores. 2ª ed. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DUTRA, Luiz Enrique de Araújo. *Introdução à Epistemologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge?. In: *Analysis*, n. 23. 1963, p. 121-123.

HOOKWAY, Christopher. Cognitive virtues and epistemic evaluations. In: *International Journal of Philosophical Studies*, 2:2, 1994, 211-227.

_____. Epistemic Akrasia and epistemic virtue. In: FAIRWEATHER, Abrol, ZAGZEBSKI, Linda (orgs). *Virtue Epistemology: Essays on Epistemic Virtue and Responsibility*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 178-199.

_____. Affective States and Epistemic Immediacy. In: *Metaphilosophy*. Vol. 34, Oxford: Blackwell Publishing, 2003a, p. 78-96.

_____. How to be a virtue epistemologist. In: DEPAUL, Michael, ZAGZEBSKI, Linda. *Intellectual Virtue: perspectives from Ethics and Epistemology*. New York: Oxford University Press, 2003b, p. 183-202.

LUZ, Alexandre Meyer. Justificação, confiabilismo e virtude intelectual. In: *Veritas*, vol. 50, nº 4, 2005, p. 191-218.

PLATÃO, *Teeteto*. Tradução de Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. 3ª ed. FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2010.



POPPER, Karl R. *Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

QUINE, W. v. O. *Word and Object*. Massachusetts: MIT Press, 2013.

RODRIGUES, Luís Estevinha. Conhecimento. In: *Compêndio em Linha de problemas de filosofia analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.

RUSSELL, Bertrand. *Os Problemas da Filosofia*. Tradução de Desiderio Murcho. Lisboa: Edições 70, 2017.

SELLARS, Wilfrid. *Empirismo e filosofia da mente*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis, TJ: Vozes, 2008.

SILVA, Rui. Ceticismo. In: *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 1-17.

SOSA, Ernest. The raft and the pyramid: coherence versus foundations in the Theory of Knowledge. In: *Knowledge in perspective: Selected essays in epistemology*. 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-191, 1995.

ZAGZEBSKI, Linda. "The Inescapability of Gettier Problems". In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 44, n. 174, 1994, p. 65-73.

